



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 25 /2013

Disponibilização: 16 de dezembro de 2013

Período abrangido: 02 a 13 de dezembro de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **PROTEÇÃO CIVIL**
 - **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**
 - **SEGURANÇA PÚBLICA**
- 3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **VITIVINICULTURA**
- 6. ASSOCIAÇÕES**
- 7. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 8. CULTURA**
- 9. DESPORTO**
- 10. EDUCAÇÃO**
- 11. EMPRESAS**
 - **EMPRESAS PÚBLICAS**



12. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

13. HABITAÇÃO

14. JUSTIÇA

15. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

17. SAÚDE

18. SEGURANÇA SOCIAL

19. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**



1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013, de 11 de dezembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., a proceder à aquisição de serviços de comunicação de dados para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça, no período de 2014 a 2019.

Portaria n.º 890/2013, de 11 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Administração Interna - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Administração Interna)

Autoriza a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos a proceder à instalação da componente física de rede SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) em 206 quartéis da Guarda Nacional Republicana (GNR).

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTEÇÃO CIVIL**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

Mapa Oficial n.º 1-A/2013, de 13 de dezembro **(Comissão Nacional de Eleições)**

Publica o mapa oficial dos resultados das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais de 29 de setembro de 2013.

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

Portaria n.º 890/2013, de 11 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Administração Interna - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Administração Interna)

Autoriza a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos a proceder à instalação da componente física de rede SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) em 206 quartéis da Guarda Nacional Republicana (GNR).



3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Lei n.º 81/2013, de 06 de dezembro
(Assembleia da República)

Transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis n.ºs 56/2012, de 8 de novembro, e 11-A/2013, de 28 de janeiro.

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 15797/2013, de 04 de dezembro

(Ministério das Finanças - Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública)

Altera o n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública.

Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial médica.

Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor.

Portaria n.º 359/2013, 13 de dezembro

(Ministério das Finanças)

Aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de competências e revoga a Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro.

5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **VITIVINICULTURA**

Portaria n.º 357/2013, de 10 de dezembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2014-2018.



6. ASSOCIAÇÕES

Deliberação n.º 2299/2013, de 06 de dezembro

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Altera e republica o Regulamento do Programa de Financiamento a Projetos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I. P.), e que regula as condições da sua atribuição a ONG de reconhecida utilidade pública.

7. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Portaria n.º 349-C/2013, de 02 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

Portaria n.º 349-D/2013, de 02 de dezembro

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

Despacho (extrato) n.º 15793-C/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Procede à publicação dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificado e certificado do sistema de certificação energética (SCE) a emitir para os edifícios novos, sujeitos a grande intervenção e existentes.

Despacho (extrato) n.º 15793-D/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Estabelece os fatores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.

Despacho (extrato) n.º 15793-E/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Estabelece as regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções, bem como existentes.

Despacho (extrato) n.º 15793-F/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Procede à publicação dos parâmetros para o zonamento climático e respetivos dados.



Despacho (extrato) n.º 15793-G/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Procede à publicação dos elementos mínimos a incluir no procedimento de ensaio e receção das instalações e dos elementos mínimos a incluir no plano de manutenção (PM) e respetiva terminologia.

Despacho (extrato) n.º 15793-H/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Estabelece as regras de quantificação e contabilização do contributo de sistemas para aproveitamento de fontes de energia de fontes de energia renováveis, de acordo com o tipo de sistema.

Despacho (extrato) n.º 15793-I/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Estabelece as metodologias de cálculo para determinar as necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

Despacho (extrato) n.º 15793-J/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Procede à publicação das regras de determinação da classe energética.

Despacho (extrato) n.º 15793-K/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Publicação dos parâmetros térmicos para o cálculo dos valores que integram o presente despacho.

Despacho (extrato) n.º 15793-L/2013, de 03 de dezembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Procede à publicação da metodologia de apuramento da viabilidade económica da utilização ou adoção de determinada medida de eficiência energética, prevista no âmbito de um plano de racionalização energética.

Portaria n.º 353-A/2013, de 04 de dezembro

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.



8. CULTURA

Despacho n.º 15861/2013, de 05 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Revoga o Despacho n.º 6891/2013 de 28 de maio, que aprovou o Regulamento de Utilização de Imagens de Museus, Monumentos e outros Imóveis afetos à Direção-Geral do Património Cultural.

Aviso n.º 15171/2013, de 13 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Torna pública a inscrição da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações na Lista do Património Mundial da UNESCO.

9. DESPORTO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2013, de 10 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa com a execução do Programa de Preparação Olímpica para o Rio 2016.

10. EDUCAÇÃO

Acórdão n.º 355/2013, de 03 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas dos artigos 11.º, n.ºs 4 e 6, e 15.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de fevereiro, na interpretação segundo a qual as alterações normativas consagradas se aplicam, sem previsão de regime transitório, a todos os alunos matriculados no ensino secundário recorrente.

Aviso n.º 14962-A/2013, de 05 de dezembro

(Ministério da Educação e Ciência - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.)

Introduz um aditamento ao Aviso n.º 14185-A/2013, de 19 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 14712-A/2013, de 28 de novembro, relativos ao procedimento de inscrição para a realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para o ano escolar de 2013/2014 dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Despacho n.º 15958-A/2013, de 06 de dezembro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário)

Define as tabelas com os valores dos subsídios anuais por turma e por curso a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro.



Despacho n.º 15958-B/2013, de 06 de dezembro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário)

Fixa os valores dos subsídios anuais por turma e por curso a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro.

11. EMPRESAS

• EMPRESAS PÚBLICAS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 09 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Define o lote de ações destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as ações adquiridas no âmbito da venda direta de referência ao abrigo do mesmo processo.

Despacho n.º 15982-A/2013, de 09 de dezembro

(Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado das Finanças)

Fixa o preço de venda das ações representativas do capital social da CTT - Correios de Portugal, S. A. (CTT, S. A.).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2013, de 10 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Declara a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em situação económica difícil.

Despacho n.º 16110-A/2013, de 11 de dezembro

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Define o modelo, termos e condições da prestação de garantia bancária ou instrumento que devem ser prestados no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.

Despacho (extrato) n.º 16110-B/2013, de 11 de dezembro

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministro)

Determina o montante e prazo do pagamento da prestação inicial que os proponentes selecionados devem efetuar, no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A..



12. FINANÇAS

• ATIVIDADE SEGURADORA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 09 de dezembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Define o lote de ações destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as ações adquiridas no âmbito da venda direta de referência ao abrigo do mesmo processo.

Despacho n.º 16110-A/2013, de 11 de dezembro **(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)**

Define o modelo, termos e condições da prestação de garantia bancária ou instrumento que devem ser prestados no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.

Despacho (extrato) n.º 16110-B/2013, de 11 de dezembro **(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministro)**

Determina o montante e prazo do pagamento da prestação inicial que os proponentes selecionados devem efetuar, no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A..

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Despacho n.º 16027/2013, de 10 de dezembro **(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)**

Determina que, até 31 de dezembro de 2013, para efeitos de regularização das dívidas, independentemente da sua natureza, podem ser realizados pagamentos em numerário sem limite de valor.

Portaria n.º 358-A/2013, de 12 de dezembro **(Ministério das Finanças)**

Aprova o modelo da participação de rendas previsto no n.º 7 do artigo 15.º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento.



- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

Despacho n.º 15798/2013, de 04 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional)

Autoriza a cessão definitiva do PM 5, 6 e 8/Póvoa de Varzim - Central Elétrica - Quartel da Póvoa - Quartel de Paredes.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Portaria n.º 851-A/201, de 03 de dezembro

(Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento)

Autoriza a extensão dos encargos orçamentais decorrentes da contratação de prestação de serviços relativos à assistência na doença dos funcionários diplomáticos.

Portaria n.º 854/2013, de 05 de dezembro

(Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento)

Autoriza a extensão de encargos relativos a contratos de aquisição de serviços relacionados com o portal do GerHup - ESPAP, I.P..

Portaria n.º 863/2013, de 06 de dezembro

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento)

Autoriza o Instituto da Segurança Social, I. P. a proceder à repartição de encargos plurianuais.

Lei n.º 83/2013, de 09 de dezembro

(Assembleia da República)

Procede à alteração (segunda alteração) da lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à alteração (terceira alteração) do Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2013, de 09 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa relativa ao fornecimento de combustíveis operacionais de aviação à Força Aérea Portuguesa, para o ano de 2014.



Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2013, de 10 de dezembro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a despesa relativa à aquisição dos serviços de manutenção e reparação de aeronaves da Força Aérea, seus motores e respetivos órgãos ou equipamentos, componentes, sistemas e subsistemas associados, para o triénio 2014-2016.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2013, de 10 de dezembro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa com a execução do Programa de Preparação Olímpica para o Rio 2016.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013, de 11 de dezembro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., a proceder à aquisição de serviços de comunicação de dados para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça, no período de 2014 a 2019.

Acórdão n.º 767/2013, de 13 de dezembro
(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade de um conjunto de normas constantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2013 -, por eventual violação dos direitos da Região Autónoma dos Açores.

13. HABITAÇÃO

Portaria n.º 352/2013, de 04 de dezembro
(Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2014.

Portaria n.º 353/2013, de 04 de dezembro
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.

Decreto-Lei n.º 163/2013, de 06 de dezembro
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, quando as verbas a utilizar para o efeito sejam provenientes do Banco Europeu de Investimento.



14. JUSTIÇA

Portaria n.º 350/2013, de 03 de dezembro

(Ministérios das Finanças, da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 331-A/2009, de 30 de março, que regulamenta a consulta, por meios eletrónicos, de informação referente à identificação do executado e dos seus bens e da citação eletrónica de instituições públicas, em matéria de ação executiva.

Acórdão n.º 355/2013, de 03 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas dos artigos 11.º, n.ºs 4 e 6, e 15.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de fevereiro, na interpretação segundo a qual as alterações normativas consagradas se aplicam, sem previsão de regime transitório, a todos os alunos matriculados no ensino secundário recorrente.

Lei n.º 82/2013, de 06 de dezembro

(Assembleia da República)

Transpõe a Diretiva n.º 2011/77/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa ao prazo de proteção do direito de autor e de certos direitos conexos, e altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 793/2013, 09 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma do artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 22/2013, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 21 de outubro de 2013, e pela inconstitucionalidade consequente das restantes normas do mesmo diploma (duração do período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Acórdão n.º 767/2013, de 13 de dezembro

(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade de um conjunto de normas constantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2013 -, por eventual violação dos direitos da Região Autónoma dos Açores.

15. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Aviso n.º 14748/2013, de 02 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro)

Torna pública a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Leiria.



Aviso n.º 14918/2013, de 05 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo)

Torna pública a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o município de Ourém.

Despacho (extrato) n.º 16074/2013, de 11 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)

Aprova a alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vidigueira.

Portaria n.º 358/2013, de 12 de dezembro

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações das águas subterrâneas localizadas no concelho de Cascais.

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 22/2013/M, 2 de dezembro

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o pedido de inconstitucionalidade da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M, de 10 de dezembro

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Institui na Região Autónoma da Madeira um regime excecional e transitório de liberação e de redução da caução em contratos celebrados ou a celebrar, com contraentes públicos, até 31 de dezembro de 2016.

17. SAÚDE

Despacho n.º 15703/2013, de 02 de dezembro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aproveitamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de material de incontinência, proteção cutânea e alívio de pressão.



Declaração de Retificação n.º 51/2013, de 03 de dezembro
(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, do Ministério da Saúde, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 192, de 4 de outubro de 2013.

Declaração de Retificação n.º 52/2013, de 04 de dezembro
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, do Ministério da Saúde, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública, sedeados a nível nacional, regional e local, publicado no Diário da República n.º 193, 1.ª Série, de 7 de outubro.

Decreto-Lei n.º 164/2013, de 06 de dezembro
(Ministério da Saúde)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 279/2009, de 6 de outubro, que estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento das unidades privadas de serviços de saúde.

Despacho n.º 15967/2013, de 09 de dezembro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Altera o Despacho n.º 9309/2013, de 9 de julho (Prescrição eletrónica de Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD)).

Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro
(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial médica.

Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro
(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor.

Despacho n.º 16206/2013, de 13 de dezembro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece que é obrigatoriamente realizada em termos centralizados pela SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.) a aquisição de medicamentos ao abrigo de autorização de utilização excecional (AUE), constantes de lista a divulgar pelo INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (INFARMED, I.P.), de que os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) necessitem.



Despacho n.º 16207/2013, de 13 de dezembro

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E (SPMS, E.P.E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Stents.

18. SEGURANÇA SOCIAL

Despacho n.º 16027/2013, de 10 de dezembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)

Determina que, até 31 de dezembro de 2013, para efeitos de regularização das dívidas, independentemente da sua natureza, podem ser realizados pagamentos em numerário sem limite de valor.

19. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Portaria n.º 354/2013, de 09 de dezembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o âmbito da intervenção do Ministério da Agricultura e do Mar e dos seus serviços e organismos em matéria de formação profissional nas áreas da agricultura, das florestas, do agroalimentar e do desenvolvimento rural, bem como o respetivo modelo de regulação, de certificação, de supervisão e de acompanhamento.